TL6570

FRENTE REVOLUCIONARIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

(REVOLUTIONARY FRONT FOR AN INDEPENDENT EAST TIMOR)

FRETILIN

DISCURSO

DO

DR. ABÍLIO ARAÚJO

CHEFE DA DELEGAÇÃO DA FRETILIN EM SERVIÇO NO EXTERIOR (DFSE)

Proferido por ocasião da Festa da Convergência Nacionalista realizada em 21 de Maio de 1988, em Portugal, para comemorar o 14º Aniversário da fundação da UDT e da ASDT/FRETILIN, em Timor-Leste, a 11 e 20 de Maio de 1974, respectivamente, e o 2º Aniversário da constituição da Convergência Nacionalista em 24 de Março de 1986.

Sr. Dr. Moisés da Costa Amaral, Presidente da Comissão Política da UDT

Distintos Convidados

Compatriotas

Filhas e Filhos de Timor-Leste, residentes em Portugal

Irmãos Timores

Camaradas

Amigos

Minhas Senhoras e meus Senhores

O Povo de Timor-Leste, o Povo Maubere, acabou de assinalar nos passados dias 11 e 20 de Maio, o décimo quarto Aniversário da fundação da UDT (União Democrática Timorense) e a fundação da ASDT/FRETILIN.

Como não podia deixar de ser, o 14º Aniversário foi assinalado no nosso País, em condições de guerra e de combate. Combate contra a ocupação da nossa Pátria pela Indonésia; combate pela salvaguarda e defesa intransigente dos direitos mais sagrados do nosso Povo à autodeterminação e independência; combate pela restauração da Paz e liberdade para o nosso querido Timor.

A FRETILIN completou quatorze anos intensamente vividos no seu combate contra a opressão. Desses quatorze anos, destacamos os últimos doze anos e meio de condução da Guerra de Resistência Nacional contra o agressor bárbaro ocupante indonésio.

Decorridos quase treze anos de Luta Armada, um Povo pequeno e indefeso mas mil vezes heróico, continua a defrontar o exército indonésio qual David contra Golias.

Há quatorze anos o solo Timor estremecera de um sono letárgico!

A alegria e entusiasmo que transbordaram dos corações das filhas e filhos de Timor-Leste, em Maio de 1974, sucederam a dor, o luto, o sofrimento e a morte que o fatídico dia 7 de Dezembro de 1975 veio anunciar.

A liberdade e sonho de Maio de 1974 sucederam a opressão e o pesadelo de 7 de Dezembro de 1975, em que Dili, capital de Timor-Leste, se tinha mergulhado ao som do matraquear das metralhadoras dos paraquedistas e fuzileiros indonésios.

Não vamos falar, hoje, das lágrimas inocentes das crianças de Timor que nunca puderam ser crianças ou que assim permanecerão toda a vida em resultado da subnutrição e da doença; não vamos falar do pranto incontido das mães desfalecidas que viram morrer ao colo muitos dos seus dilectos filhos.

Quero falar-vos de outro aspecto da mesma realidade - a realidade da Resistência da Luta.

Sem esta outra faceta da vida do nosso Povo, nestes últimos quatorze anos, não faria sentido estarmos hoje aqui, ou mesmo não estaríamos hoje aqui. É pois sobre esta luta, este estoicismo maubere, que gostaria que fosse aqui recordado, para podermos friamente conjugar esforços e congregar ânimos para uma verdadeira participação e comunhão com todo o nosso Povo combatente. Viajemos em pensamento até ao Extremo Oriente, para junto dos combatentes das FALINTIL ASSUAIN (heróicos, em tetum) que, nesta hora e neste momento, algures, em Timor-Leste, nas planícies ou nas montanhas, continuam a manter acesa a chama da Resistência Nacional, armada e cultural do nosso Povo, qual fogueira inextinguível, tição fumegante ou brasa rubra que arde tradicionalmente na casa sagrada da aldeia timor a atestar a existência da vida humana.

A nossa saudação vai, pois, em primeiro lugar a todos os Resistentes, na Mãe Pátria, Timor-Leste, de quem bebemos a confiança e a certeza de que o nosso Povo, jamais perecerá apesar do cataclismo ter já dizimado mais de 200.000 vidas. Em especial, saudemos a Direcção da Luta do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional, na pesooa do nosso heróico Kay Rala Xanana Gusmão, Comandante-em-chefe das FALINTIL.

À Direcção da Luta, que tem sabido, em todas as horas e momentos difíceis da nossa História recente, conduzir com valentia, coragem e lucidez, a Resistência político-militar do nosso Povo, não soçobrando perante ciladas e maquinações do inimigo, queremos em nome de todos os nacionalistas e patriotas espalhados por este mundo, nesta peregrinação dolorosa, reafirmar a nossa determinação de prosseguir o combate em prol da causa sagrada da libertação da Pátria.

Antes de dar início à abordagem da nossa luta no plano interno e internacional ao longo destes quatorze anos de Resistência, quero pedir a todos os presentes que guardemos um minuto de silêncio em honra de todos os combatentes que perderam a sua vida pela defesa da nossa Pátria e de todas as filhas e filhos que tombaram desde 1975, vítimas da guerra. O sangue por eles derramado deu-nos a possibilidade de continuarmos a lutar e a poder confiar na certeza do almejado retorno à nossa Pátria.

(Um minuto de silêncio)

I. A NOSSA LUTA NO PLANO INTERNO

Compatriotas

Em 20 de Maio de 1987, na sua mensagem de comemoração do 13º Aniversário da fundação da ASDT/FRETILIN, o Comandante-em-Chefe Xanana Gusmão, resumia da seguinte forma, e passo a citar, a estratégia da ocupação militar de Timor-leste pela Indonésia:
"Desde 1975 que suportamos uma cobarde e bárbara agressão à nossa Pátria, e há onze anos e meio, resistimos à criminosa ocupação militar indonésia e à cruel e vandálica repressão sobre o Povo Maubere ... Da vergonhosa invasão, assinalada pelo 7 de dezembro de 1975 à gradual ocupação das principais vilas do nosso País, em 1976; desde os profundos 'raids' ao interior das nossas bases de apoio, em 1977, às assassinas campanhas de cerco e aniquilamento, em 1978; o agressor buscava resolver a guerra pelo total controle da população.

Desde as operações de retalhamento do território e perseguição em 1979, às campanhas de cerco, com a mobilização forçada da população em 1981; desde as operações de batida e limpeza, em 1982, à ofensiva de grande envergadura, em 1984 (ofensiva na qual Benni Murdani vomitou toda a sua capacidade assassina pelos 'TIGER' e pelos 'BRONCOS', pelos hélios e pelos barcos, pelos tanques e canhões, e por mais de meia centena de batalhões que encheram a nossa Pátria de cadáveres indonésios); desde o retorno desesperado à mobilização forçada da população, em 1985, à contra-guerrilha territorial, em 1986; a estratégia de Jacarta foi a de exterminar os guerrilheiros da FRETILIN."

Compatriotas

Até hoje já passaram por Timor-Leste centenas de milhar de soldados indonésios. Nenhum deles regressou convicto de que a Indonésia é capaz de destruir a Resistência Armada. Vários comandantes militares passaram por Timor-Leste. Vários ministros ocuparam sucessivamente a pasta da Defesa. Várias operações militares indonésias de envergadura foram concebidas e executadas no intuito de aniquilar a RESISTÊNCIA POLÍTICO-MILITAR. Destaco as mais importantes assim baptizadas pelos seguintes nomes-códigos: 'Operasi Komodo', 'Operasi Seroja', 'Operasi Keamanan', 'Operasi Tersatuan', 'Operasi Sapu Bersih', etc..

Apesar de tudo, a Indonésia não cessava de afirmar perante o mundo de que já não havia guerra, que a Resistência Armada se limitava a uns '50 fugitivos da Ponta-Leste', etc...

Porém, em Março de 1983, a comunidade internacional era alertada para um acontecimento de grande envergadura: um acordo de cessar-fogo tinha sido obtido como resultado de conversações entre o coronel Purwanto e o camarada Comandante-em-Chefe Xanana Gusmão, nas áreas controladas pelas FALINTIL.

Muito embora as conversações desejadas pela Indonésia pudessem ter sido originadas por motivações

díspares ao nível dos comandos indonésios, elas tiveram o enorme mérito de provar perante o mundo a vitalidade da nosa Resistência e a sua capacidade de fazer fracassar a estratégia militar indonésia de ocupação.

Escusado é voltar a afirmar hoje que a Indonésia jamais conseguirá aniquilar a resitência armada, em Timor--Leste.

Nós desejamos e amamos a Paz. Só assim se entende o acolhimento favorável pela FRETILIN às propostas de Conversações apresentadas pela Indonésia, em 1983. O nosso povo sente na carne os horrores de uma guerra a que procura pôr fim, por todos os meios ao seu alcance, desde que estejam salvaguardados os seus direitos fundamentais.

Desde sempre, considerámos que Portugal tem deveres e obrigações a assumir para com o nosso Povo. A nossa Direcção Política, no interior do País, ao ter dado o passo para as Conversações Preliminares, em 1983, tinha criado condições para que Portugal, que estivera ausente do terreno da confrontação político-militar, pudesse reocupar a sua posição numa Cimeira a ser organizada pelas Nações Unidas, com vista a repôr a legalidade em Timor-Leste. Lamentamos profundamente que naquele tempo, Portugal não tivesse sabido compreender o significado e a profundidade do nosso gesto histórico.

Compatriotas

Estamos hoje, aqui, para assinalar os quatorze anos da UDT e da FRETILIN, e os dois anos da Convergência Nacionalista!

Todos os militantes e simpatizantes da UDT e da FRETILIN conhecem o processo que desembocou na assinatura dos acordos entre a FRETILIN e a UDT para a constituição da Convergência Nacionalista, que foi anunciada em 24 de Março de 1986, em conferência de imprensa, em Lisboa. Essa data tinha sido escolhida para assinalar também o 3º Aniversário das Conversações Preliminares, em Lari--Guto, Timor-Leste.

Em 2 de Abril de 1986, em documento enviado a Sª. Exª. Sr. Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares e também a Sª. Exª. Sr. Primeiro-Ministro Dr. Cavaco Silva, o camarada Comandante-em-Chefe Xanana Gusmão afirmava:

"A FRETILIN já afirmou não reivindicar a exclusividade de representar o povo de Timor-Leste. Esta postura política não foi uma decisão tomada 'in extremis' nem foi uma atitude imposta. Reconhecemos, para sermos claros, anteriores posições de radicalismo no seio do noss Movimento. Porém, afirmamos objectivamente que, a partir da Reorganização da Luta, em Março de 1981, a FRETILIN buscou uma nova linha de conduta e iniciou acções políticas no interior do território,com vista a elevar a Resistência Popular a um carácter verdadeiramente nacional, numa Frente Política verdadeiramente ampla que, ao mesmo tempo, consolidaria a LUTA ARMADA!

As dificuldades próprias da nossa guerra estiveram na base do vagaroso andamento do processo de UNIDADE NACIONAL, todavia os nossos esforços foram sendo, com o andar do tempo, coroados de sensíveis êxitos no plano interno...
(...)Como consequência desses esforços encetados pela FRETILIN desde 1981, a UNIDADE NACIONAL teve o seu corolário na formação, com a UDT, da Convergência Nacionalista.
A UDT e a FRETILIN, cujas relações se antagonizaram numa guerra civil (...) não têm dúvidas de que a união de todas as forças nacionalistas e democráticas do País será a base política necessária para a implementação de um sistema verdadeiramente democrático em Timor-Leste.
A Convergência Nacionalista está assente nos imensos sacrifícios consentidos pelo nosso Povo (...) A Convergência Nacionalista rechaça, com todas as forças, a insolente declaração do assassino Suharto ao pretender afirmar que o povo de Timor-Leste 'deseja a integração'. Se o Povo Maubere aceitasse, por um só momento que fosse, a ocupação militar indonésia, nunca teria oferecido tão heróica e prolongada resistência. Mesmo depois de 'totalmente' controlado, a partir de 1979, o Povo Maubere nunca se intimidou com a brutal repressão, imposta pelos ocupantes com o fim de sufocar a sua determinação e, apesar dos massacres e desaparecimentos, prisões e torturas, o povo de Timor-Leste continuou e continuará empenhado na luta pela conquista das suas liberdades. A Convergência Nacionalista foi um passo decisivo e histórico para o povo de Timor-Leste que assim viu consolidada, em bases políticas firmes, a sua mil vezes heróica resistência. A Convergência Nacionalista não trairá as legítimas aspirações do Povo Maubere!".

II. A NOSSA LUTA NA FRENTE INTERNACIONAL

Em 1982, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução que conferia ao Sr. Secretário-Geral da ONU o papel de mediador entre as partes interessadas na busca de uma solução para a questão de Timor-Leste.

A aprovação da Resolução 37/30, em 1982, pôs termo a um confronto que todos os anos vinha tendo lugar na Sede das Nações Unidas. Embora tivéssemos registado desde 1975 até 1982 a aprovação de sucessivas Resoluções, a verdade é que o seu conteúdo vinha perdendo a força das anteriores, ao mesmo tempo que os votos favoráveis também vinham decaindo. Registe-se, porém, a viragem democrática ocorrida nalguns países africanos e latino-americanos nos últimos anos, facto que poderia traduzir-se numa alteração das posições dos seus governos vis-a-vis Indonésia. Contudo, a partir de 1983, qualquer ousadia nossa em medir forças buscando um novo confronto de posições na ONU seria um risco de consequências imprevisíveis. Desde então, a nossa prudência acautelou-nos a evitar a medição de forças na ONU quando o próprio Secretário-Geral da ONU, após a concordância de Portugal, tinha proposto o adiamento sucessivo dos debates na Assembleia Geral. Desde então, procurámos sempre concertar as nossas posições com a diplomacia portuguesa.

Portugal e Timor-Leste surgiam, assim, no contexto histórico e jurídico, como duas partes inseparáveis até à conclusão de um acto juridicamente válido e internacionalmente aceite sobre a definição do estatuto político de Timor-Leste, em que o primeiro (Portugal) teria assumido até às últimas consequências as suas responsabilidades, e o segundo (Timor-Leste) teria assegurado o seu direito à autodeterminação e independência.

As 'partes interessadas' previstas na Resolução, em referência, desde então procuraram tirar vantagens dela.

A atitude da Indonésia era sobejamente conhecida: não aceitara a Resolução mas cedia em dialogar com Portugal.

O Secretário-Geral da ONU torneou a situação integrando os seus bons ofícios (mediação) numa actuação 'paralela' à Resolução. Desde o início, o Secretário-Geral da ONU ignorara a 'parte timorense' escudando-se em considerações várias.

Vamos debruçar-nos mais sobre o papel de Portugal. A corrente portuguesa de apaziguamento com a Indonésia tinha encarado a Resolução como uma porta para a saída airosa de Portugal. Argumentos de que o caso de Timor-Leste estava entregue nas mãos do Secretário-Geral e competia, por isso, à comunidade internacional encontrar uma solução para a questão de Timor-Leste, inseriam-se nesta linha de pensamento e acção. Temos combatido com firmeza esta corrente 'demissionista' em relação às responsabilidades de Portugal. Ela ainda persiste, contudo, em certos meios políticos portugueses.

Nos últimos anos, porém, a focagem e incidência dos nossos trabalhos vis-a-vis Portugal permitiram criar uma certa inflexão na conduta dos Órgãos de Soberania portugueses, e do papel de Portugal no quadro das conversações, em curso, sob a égide do Secretário-Geral da ONU.

Por isso mesmo, podemos afirmar, sem rodeios, que a diplomacia indonésia entrou numa fase de defensiva aberta, resultante dos seguintes factos:

1º A crescente recusa pela Comunidade Internacional de aceitar a política de 'facto consumado' pretendida pela Indonésia não obstante todas as manipulações já perpetradas. Esta recusa indicia a vitória do Direito sobre o Crime, da Democracia sobre a Ditadura e da Liberdade sobre a Opressão.

2º A Declaração de Dusseldorf, no término da Reunião CEE/ASEAN e que foi uma grande vitória diplomática do Estado português e da causa de Timor-Leste. Para tanto, contribuíram

a) As persistentes tomadas de posição de Sª. Exª. o Sr. Presidente da República, Dr. Mário Soares, na denúncia da situação criada em Timor-Leste pela Indonésia, e na defesa do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência.

b) A solidariedade unânime e inequivocamente expressa, em diferentes ocasiões, pelos partidos e forças políticas que compõem a Assembleia da república Portuguesa a favor da causa do povo de Timor-Leste e, em especial, o trabalho sistemático de recolha e tratamento da informação sobre Timor-Leste realizada pela Comissão Parlamentar, trabalho que permitiu à Assembleia da República fazer um acompanhamento efectivo da questão e que contribuíu para a existência da grande sintonia existente, actualmente, entre os três órgãos de soberania Estado português.

c) A constatação de factos que apontam para a existência de uma estratégia diplomática traçada pelo governo português com vista a isolar progressivamente a Indonésia, estratégia do 'passo a passo' ou 'degrau em degrau', para citarmos Sª. Exª. o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. João de Deus Pinheiro, estratégia que deu origem à Declaração de Dusseldorf e que a próxima visita do Sr. Ministro aos países da ASEAN será mais uma etapa.

3º A consolidação da consciência patriótica do nosso Povo manifestada pela determinação em prosseguir a Luta sob todas as formas ao nosso alcance até vermos satisfeitas as nossas aspirações à reconquista da Paz e da Liberdade. Para tanto, o surgimento da Convergência Nacionalista entre a FRETILIN e a UDT há dois anos, permitiu ao povo de Timor-Leste afirmar perante o mundo a sua vontade de lutar pelos seus direitos e interesses sem pôr em causa os interesses dos países da mesma área em que Timor-Leste se insere. Por isso, a Convergência Nacionalista já submeteu ao Chefe de Estado português as suas propostas para uma solução política negociada e duradoura para Timor-Leste a qual contempla os aspectos seguintes:

I. Conversações entre todas as partes envolvidas no conflito sendo de salientar a indispensável participação dos legítimos Representantes do povo de Timor-Leste sob os auspícios das Nações Unidas, com vista à:

a) Definição de um período de transição que permita a reposição da legalidade internacional em Timor-Leste e a criação de condições para que Portugal termine o processo de descolonização violentamente interrompido pela invasão indonésia; e

b) Definição do processo de designação de um representante da potência administrante, que poderá assumir a figura de um Alto-Comissário com a missão de assegurar os laços decorrentes da Soberania 'de jure' e 'de facto'.

II. Transferência da soberania portuguesa aos órgãos legitimamente constituídos em Timor-Leste.

Durante o período em que prosseguem as actuais 'démarches' do Secretário-Geral da ONU, vamos continuar a actuar junto dos diversos organismos da ONU - Comité Especial de Descolonização (Comité dos 24), Subcomissão da ONU para os Direitos Humanos, Subcomissão para a Defesa e Protecção das Minorias - no sentido de continuar a pressionar e enfraquecer as posições da Indonésia. De igual modo, vamos continuar a organizar e a preparar documentos de carácter informativo sobre a luta para serem regularmente publicados como documentos de trabalho da ONU de modo a não permitir que a Indonésia inunde os diversos departamentos da ONU e Missões Permanentes dos Países junto à ONU com o seu material propagandista. Nesta tarefa, contamos com a diplomacia portuguesa e dos nossos aliados.

Não obstante, o papel preponderante conferido a Portugal pelo Direito Internacional e pela Constituição da República portuguesa, não afastamos a hipótese de a Indonésia, ao constatar o eventual impasse das conversações ora em curso com Portugal, tentar legitimar a ocupação da nossa Pátria pela introdução de uma Resolução que, a ser aprovada pela ONU, retiraria a questão de Timor-Leste da sua agenda. Devemos estar precatados para uma eventualidade dessas. Reside aqui, pois, a importância do Movimento Não-Alinhado, por ele representar a componente maioritária dos países membros da ONU.

É de todos conhecido o ponto da situação da questão de Timor-Leste nesse forum internacional. A Indonésia, durante a presidência da Índia, conseguiu retirar o caso da agenda do Movimento. Não obstante os nossos esforços durante a Conferência Ministerial de Luanda e posteriormente em Harare, os resultados não foram totalmente satisfatórios.

De registar, contudo, o debate vivo em torno da questão o que evidencia que a questão não está morta como pretendera fazer crer a Indonésia.

Compatriotas

O sucesso das nossas actividades no domínio das relações externas depende da articulação de vários factores, entre os quais destaco:

1. Uma política diplomática global e coerente assente na nossa concepção de Relações Internacionais.

a) Capacidade persuasora dos nossos agentes diplomáticos no manejo de ideias-força e instrumentos de acção;

b) Alvos de incidência dos trabalhos diplomáticos;

2. Disponibilidade e afectação dos recursos humanos e materiais.

3. Informação e política informativa sobre a realidade do nosso Páis e da nossa luta.

Em complementaridade à acção da Convergência Nacionalista surge o papel do Movimento de Solidariedade Internacional, nas duas componentes essenciais: a) os comités de solidariedade, os partidos políticos, forças sindicais, etc., e as ONG's (Organizações Não-Governamentais); b) os Governos dos países amigos (vai um destaque especial para os PALOP's. São por isso, nossos aliados na prossecução dos nossos objectivos.

Idéias-força e instrumentos de acção

Combater um poderoso inimigo como a Indonésia, na arena internacional, pressupõe o uso racional e exaustivo de todos os argumentos jurídicos & factuais disponíveis: a afirmação da justeza da nossa causa à luz dos princípios e da ética internacional, e, por outro lado, a negação e a desmistificação dos pretensos argumentos indonésios.

Nestes dois anos, a Convergência Nacionalista forjou um pensamento comum norteador da nossa acção diplomática sem o que corremos o risco de assistir a uma diversidade de pontos de vista sem uma linha coerente de idéias-força que acabam por ficar submersas no emaranhado de considerações e acções secundárias.

Estamos a desenvolver uma diplomacia pela positiva, isto é, projectar através da diplomacia a credibilidade da nossa luta, os factores condicionantes e determinantes do nosso sucesso no passado e no presente, e a viabilidade de um Timor-Leste Independente.

Nas circunstâncias actuais , a par da denúncia das violações sistemáticas aos nossos direitos pelo agressor, denúncia que abrange também os governos e forças internacionais cúmplices, ostensivos ou camuflados, na opressão e subjugação do nosso Povo por via das suas ajudas económicas e auxílio humanitário, não perdemos de vista as Conversações em curso, entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU. Estas conversações são, efectivamente, hoje, o aspecto dominante da batalha de Timor-Leste no plano jurídico internacional. Perder de vista esta realidade é ignorar toda a nossa luta diplomática que vimos travando desde 1975. Não ignoramos que a referida Resolução é a primeira oportunidade para a busca de uma solução, pela via do diálogo, e sob mediação internacional. A busca de aprovação de resoluções nas instâncias internacionais será um caminho para a contínua pressão e enfraquecimento das posições da Indonésia, mas, se esta se mantiver indiferente, o seu conteúdo continuará a ser letra morta. Não ignoramos que a manobra dilatória subjacente ao arrastamento do actual processo negocial em curso tem o mesmo valor para nós como para a Indonésia, a não ser que, ao longo do processo, possamos ser felizes na introdução de novos dados na panorâmica global da luta, como por exemplo, o reforço da capacidade defensiva e ofensiva das FALINTIL, ou, na constatação de novos dados resultantes de uma alteração qualitativa no bloco político-militar que dirige a Indonésia.

Nesta ordem de idéias, a procura pela via do diálogo de uma 'solução política negociada' para a questão de Timor-Leste enquadra-se perfeitamente no espírito e letra da Resolução 37/30. Eis, pois, a primeira idéia-força em todas as nossas acções.

Decorrente desse enunciado, que reflecte não só a actual correlação de forças no campo político-militar e diplomático, mas também o 'espírito construtivo' da Direcção da FRETILIN, surge inevitavelmente a segunda idéia-força: a necessidade da participação dos representantes do povo maubere em todos os actos que visem discutir o futuro político do povo de Timor-Leste. Em torno delas, buscamos arregimentar um cada vez maior número de apoiantes, não só a nível de governos, parlamentos e instâncias internacionais, como a ONU, o Movimento Não-Alinhado, etc., mas também a nível de opinião pública internacional.

A formalização das bases de acordo entre a FRETILIN e a UDT, em Março de 1986, já produziu resultados de grande alcance político na frente interna e externa, e a curto e médio prazo.

No plano externo, as acções conjuntas encetadas pela Convergência Nacionalista introduziram novos dados no cenário internacional. Outrossim, conferiram maior força à exigência da 'participação dos representantes do povo de Timor-Leste' nas conversações sobre o futuro político de Timor-Leste.

No plano interno, a saudação à Convergência Nacionalista proveniente dos mais diversos sectores da nossa sociedade atesta, por si mesma, que a tendência para minimizar tal acontecimento só pode significar uma visão estática da nossa História e Sociologia recentes e uma falta de visão dos fenómenos aceleradores, reordenadores e mobilizadores dos extratos sociais aparentemente dormentes e apáticos. Por conseguinte, seria errado julgar ou projectar a Convergência Nacionalista no limitado raio de acção circunscrito à comunidade maubere e sua mobilização em Portugal e na Austrália. Aliás, a Convergência Nacionalista das duas forças políticas, FRETILIN e UDT, ao ter salvaguardado a identidade de cada formação nos planos político, filosófico e doutrinário, conferiu a cada uma um novo 'élan' para a defesa dos interesses do povo maubere.

Em conclusão, a Resolução 37/30, e o Projecto de Solução Política da Convergência Nacionalista são os instrumentos preciosos da nossa acção diplomática. Em qualquer lugar e em qualquer circunstância, devem ser amplamente exibidos como armas de viabilidade da nossa luta. A sua articulação inteligente pelos agentes diplomáticos da Convergência permitirá evidenciar as seguintes idéias-força:

1. Procura de uma solução política negociada.

2. Participação dos representantes do povo de Timor-Leste na definição dos mecanismos que possam conduzir à definição do futuro estatuto político de Timor-Leste. Sem essa

participação, nenhuma solução justa, estável e duradoura será alcançada!

Para além das razões já apontadas, queremos realçar o contributo que a Convergência Nacionalista dará na formação e constituição do Governo Democrático de Reconstrução Nacional.

3. Papel de Portugal e suas responsabilidades em garantir o exercício do direito à autodeterminação e independência do nosso Povo.

4. Timor-Leste independente não será um foco de instabilidade para a área pois garantimos: a) um regime pluralista; b) economia mista; c) não-alinhamento.

Simultaneamente, procuramos abordar outros aspectos da nossa luta e de opressão nacional exercida pela Indonésia. É o caso da violação dos direitos humanos, papel da Igreja, nível da Resistência, cumplicidade internacional, etc., etc....

Estas são, em traços fundamentais, as linhas da nossa diplomacia pela positiva, onde transparece em elevado grau o nosso 'espírito construtivo'. Contudo, alertamos para a permanente determinação do nosso Povo em prosseguir a luta até à realização dos seus interesses e aspirações porque continuamos a crer numa alteração da correlação de forças internas na Indonésia, num prazo mais ou menos curto, a qual poderá determinar uma atitude diferente dos seus dirigentes que, se não forem menos inflexíveis, ou mais receptivos ao nosso projecto em Timor-Leste, serão mais susceptíveis, sem dúvida, de cedências perante a pressão internacional e a guerra em Timor-Leste.

Compatriotas

Nestes dois anos, aprendemos a admirar a acção patriótica e corajosa da UDT, na pessoa do Dr. Moisés do Amaral, Presidente da Comissão Política da UDT; dotámos cada um de nós de uma visão global da nossa luta; estudámos as vias para contornar e ultrapassar a nossa realidade conjuntural; retivemos a nossa atenção nas vitórias do nosso Povo, no passado recente, e extraímos as lições necessárias para a sua consolidação e alcance de outras mais; deixámos de ser o combatente isolado da trincheira que deixou de ver a luta noutras frentes e se deixa capturar pelo inimigo no momento em que a guerra está praticamente perdida para o adversário; recriámos em nós um novo sentido de confiança, assente na percepção objectiva das dificuldades mas também na compenetração das possibilidades de as mesmas poderem vir a ser transpostas; esforçámo-nos por instaurar um verdadeiro sentido de patriotismo através da franqueza, solidariedade, lealdade e amizade entre os dirigentes no tratamento das questões e repudiámos os jogos palacianos, a intriga, a competição e a delacção; fortalecemos a convicção de que temos ainda muito que aprender na escola da luta: aprender a ser humildes, valorizar o trablho de todos os nacionalistas e empreendedores de acções, mesmo que acidentalmente não sejam bem

sucedidas; valorizar o que em cada um de nós existe - - espírito de entrega e de doação à causa.

Vamos conviver agora e festejar o nosso Dia de Unidade e Fraternidade. Vamos dar as mãos com maior determinação. Timor espera por nós!

Todos não seremos muitos!

Grupos Culturais presentes, que vieram de todos os pontos onde existem nossos núcleos, Obrigado!

Viva Timor!

Viva o Povo Maubere!

Viva a Convergência Nacionalista!